

AS GRAMÁTICAS DO BILINGUE

Helen Santos Alves
Universidade do Minho

A minha intenção é apresentar o meu testemunho pessoal sobre o fenómeno do bilinguismo, cujos dados são tidos como indispensáveis para se poder chegar a um conhecimento mais aprofundado da cognição humana no que se refere à aquisição da linguagem.

Não nos podemos esquecer de um facto tão óbvio e de que raramente se fala: de que a língua ou a linguagem é aprendida "tanto por crianças muito inteligentes como por crianças nada inteligentes, qualquer que seja a língua com que se encontrem em contacto" (Gleitman e Wanner, 1982). Também Bloomfield (1933), referindo-se à aquisição de uma língua humana qualquer, diz que "Este é, sem dúvida, o maior feito intelectual que qualquer um de nós alguma vez será chamado a concretizar". De facto, quanto mais procuramos conhecer os mistérios desta capacidade, maior é a nossa admiração por esta coisa existente em nosso cérebro, e da qual não temos consciência senão no próprio momento em que dirigimos a nossa atenção para dentro de nós próprios, como se se tratasse de um túnel ou de um poço muito profundo onde só com imensa dificuldade se consegue vislumbrar o seu conteúdo.

Como poderemos então explicar este conhecimento que nos permite comunicar uns com os outros de uma forma tão diversificada? Já muita tinta tem corrido sobre este mistério e continuamos sem uma resposta concreta. No entanto, parece que já ninguém duvida da capacidade inata que leva à aquisição da linguagem, nem do facto de que as línguas humanas não podem variar arbitrariamente umas das outras, e

de que partilham propriedades universais. Também parece que já ninguém duvida do facto de as crianças nascerem biologicamente predispostas a aprender somente as línguas que possuem estas propriedades (Smith e Wilson, 1979). De facto, esta capacidade com que toda a criança nasce de poder adquirir uma língua humana qualquer, e que começa a diminuir na sua puberdade, entra em acção automaticamente logo que a criança se encontra em contacto com a língua que se esteja a utilizar em sua volta. Além disso, tem princípios e regras próprias que nada têm a ver com a inteligência de cada ser humano, como já constatado em cima. Segundo Smith e Wilson (1979), "só este aspecto criativo da linguagem pode explicar como é que uma criança começa por lidar apenas com os conjuntos finitos de elocuições por ela observadas" e como depois "passa rapidamente para um nível onde formula regras e faz generalizações que ultrapassam esses dados observados."

É isto, precisamente, o que deve acontecer tanto com os monolíngues como com os bilingues. Simplesmente, a criança que se encontra simultaneamente em contacto com duas ou mais línguas, terá um trabalho possivelmente extra, no sentido de ter que distinguir as características de cada uma das línguas e de formar uma gramática distinta para cada uma delas. Segundo Fromkin e Rodman (1978), até mesmo as crianças que nascem surdas-mudas "constroem as gramáticas da linguagem de sinais utilizadas especialmente no seu caso, e que recebem como 'input' ou dado adquirido."

É também interessante a conclusão a que chega Neil Smith (1985) que, falando dos princípios da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson, diz: "apresenta-se bem claro que a criança analisa aquilo que lhe é dirigido segundo o que se lhe apresenta como relevante e que constroi as suas próprias elocuições na mesma base". Isto leva-o a concluir que o próprio Princípio da Relevância também é de especificação inata", o que é possível verificar-se "vendo como os pais, claramente através da optimização da relevância, interpretam as intenções dos seus filhinhos que se encontram a dar os seus primeiros passos". Também Kempson (1988), falando igualmente da Teoria da Relevância, diz que a cognição humana se encontra "inatamente preparada para poder procurar a relevância máxima".

Sinto que todas estas conclusões têm a sua razão de ser no que se refere às capacidades linguísticas e não-linguísticas do ser humano. Só mesmo toda esta capacidade inata pode explicar a aquisição, na maior parte inconsciente, das línguas humanas. Para servir de exempli-

ficação, vou relatar sumariamente a minha própria experiência como bilingue:

Nasci e cresci nos Estados Unidos da América do Norte, onde frequentei a escola primária e o "High School" americano. Acabei o meu curso secundário dois meses antes de completar os meus dezoito anos de idade. Falava português em casa visto ser esta a língua nativa dos meus Pais e, embora eles soubessem falar e escrever em inglês, insistiam sempre em que eu falasse com eles na sua língua materna. Queriam ter a certeza de eu ser capaz de conversar com os meus parentes em Portugal quando surgisse a oportunidade de os visitar. (Nesse tempo era muito mais difícil atravessar o Atlântico visto a travessia ser feita por navio e demorar pelo menos oito ou nove dias.)

Como a minha Mãe também trabalhava fora de casa, eu ficava ao cuidado de uma senhora italiana maravilhosa, de cabelos brancos, que nem falava, nem entendia, outra língua que não fosse o italiano. Encontrava-me entre a idade dos dois ou três anos, até quase aos sete anos, em contacto constante com três línguas: o inglês, o português, e o italiano. Devo ter tido imensas dificuldades, no princípio pelo menos, mas não tenho nenhuma lembrança delas. Só me lembro de que me sentia tão à vontade em casa desta família italiana como dentro do meu próprio lar. O que sei da minha linguagem um tanto idiossincrática deste período da minha vida vem de ouvir a minha Mãe falar com as suas amigas sobre as dificuldades que tinha em decifrar as mensagens que a minha guardiã lhe enviava por mim em italiano, e que eu tentava transmitir-lhe em português. Estava, afinal, a servir inconscientemente de intérprete, embora não muito boa, visto que me sentia forçada a utilizar muitas das palavras italianas de que se constituíam as mensagens – e a minha Mãe desconhecia o italiano! Fui também informada por esta minha amiga que, sempre que me levava com ela a um casamento ou funeral italiano, onde todos falavam uns com os outros na sua língua nativa, que me julgavam neta dela por eu falar com eles na sua própria língua.

Entretanto, mudámos de casa quando eu estava a chegar à idade dos sete anos, e fomos viver para outra área da cidade onde já me não encontrava com a comunidade italiana, excepto muito ocasionalmente. Este facto levou-me um dia, de que nunca me esquecerei, a sofrer um grande desgosto. Tinha-se passado pelo menos um ano desde a nossa mudança quando, inesperadamente, ao regressar da escola, me encon-

trei com a minha velha amiga. Corri em direcção a ela com os braços abertos para a abraçar, mas quando, ao mesmo tempo, lhe ia para falar, fiquei absolutamente incapacitada de o fazer! É que as palavras que eu dantes utilizava, simplesmente não me vinham à memória! Lembro-me nitidamente da dor que senti ao ver que não conseguia falar-lhe na língua dela, e o que me valeu para amenizar um pouco a dor desse momento foi ela dizer-me, na sua língua, que me não preocupasse, sorrindo-me meigamente e cheia de compreensão. Ainda hoje sinto pena por não ter tido a oportunidade de continuar a utilizar esta terceira língua que eu podia hoje possuir com a maior das naturalidades. É-me muito familiar, mas creio que a perdi para sempre, embora me tivesse sido psicologicamente real durante esse período da minha vida.

Quanto à língua portuguesa, a língua dos meus antepassados, poderia ter acontecido o mesmo se o meu Pai não tivesse insistido em que eu falasse o português em casa. Sempre que pudesse, dava-me umas lições e, quando aparecesse alguém diplomado em Português, eu era das primeiras, se não a primeira, das suas alunas.

A literatura dedicada ao bilinguismo apresenta uma imensa variedade de tipos e de graus deste fenómeno. Também fala dos variadíssimos testes utilizados na sua avaliação. No entanto, vemos que esses testes não foram feitos com o cuidado necessário, especialmente no que se refere à escolha dos informantes. É preciso ter a consciência de que cada um representa um caso especial. Não há dúvida de que, como disse Humes- -Bartlo (1989), Gray (1948) tinha razão ao dizer que "o cérebro de cada pessoa é tão individual ao seu possuidor como é o seu rosto". Na verdade, qualquer informação relacionada com o cérebro humano e ao modo como este funciona, é sempre difícil de adquirir e de se poder ter garantias quanto à sua veracidade. Sabemos bem como nos encontramos longe de entendermos completamente as suas capacidades inatas, tanto linguísticas como não-linguísticas, e que se torna ainda mais difícil de adquirir esse entendimento por estas capacidades funcionarem com experiências e situações muito diversas umas das outras, e com graus de contacto e de qualidade muito diversos também. Existe ainda a diversidade de interpretações que se podem fazer das formas utilizadas por cada indivíduo ou grupo de indivíduos. Não há dúvida de que os resultados têm mesmo que ser complexos e levam a diferenças de concepção sobre o significado das palavras "bilingue" e "bilinguismo".

Bloomfield (1933) já tinha definido um bilingue como sendo uma pessoa que possuía "um controle semelhante à de um nativo em duas ou mais línguas". No entanto, parece que esta definição agrada pouco àqueles que querem considerar como bilingues pessoas com diferentes graus e tipos de bilinguismo. Mackey (1968) concluiu, por exemplo, que somos obrigados a considerar o bilinguismo como algo inteiramente relativo devido a ser arbitrário ou mesmo impossível de determinar o ponto exacto em que um falante se torna bilingue. Contudo, não deixa de considerar o bilinguismo como a utilização alternada de duas ou mais línguas, o que me parece, afinal, semelhante à significação apresentada por Bloomfield.

Segundo Romaine (1988), Hockett (1958) fez a distinção entre um bilingue que tinha "um controle semelhante à do nativo de duas línguas" e uma pessoa que "entendia duas línguas como se fosse um bilingue, mas que era incapaz de falar em qualquer uma delas". Claro que não podemos considerar os dois tipos de bilinguismo como pertencentes à mesma categoria. Se, por acaso, a pessoa incapaz de falar nas línguas que entende fosse interpelada para explicar o que entendeu numa delas a outra pessoa que só entendia a outra, como é que o poderia fazer?! Foi um alívio saber que ele foi muito realista, chamando a isto "semi-bilinguismo". Também Haugen (1953) quis fazer saber que o bilinguismo começa quando o falante de uma língua consegue produzir elocuições completas e com significado em outra língua. O "principiar a ser bilingue", no entanto, não quer dizer que essa pessoa "já seja bilingue" pois que, se assim fosse, qualquer aluno meu, a aprender inglês, seria automaticamente bilingue logo que fosse capaz de formar qualquer "frase completa com significado". Mesmo que pudesse formar cem ou mais frases completas com significado, não seria um bilingue na verdadeira acepção da palavra.

Não posso deixar de pensar na definição extrema dada por Macnamara (1969): "que se devia chamar bilingue a uma pessoa que, para além das capacidades que tem na sua primeira língua, tenha apenas uma capacidade em qualquer uma das modalidades de uma segunda língua como, por exemplo, fluência oral ou poder de compreensão, poder de escrita ou de leitura." Esta definição é impossível de aceitar. Qualquer pessoa que conheça duas ou mais línguas ao ponto de poder lê-las, entendê-las, ou mesmo comunicar com elas, com o auxílio, uma vez por outra, de um dicionário, seria, com efeito, uma

pessoa muito competente no que se relaciona com o conhecimento de línguas. Por esta razão apenas, no entanto, nunca poderia ser considerada "bilingue autêntica", no sentido de ter um controle de, pelo menos, duas línguas que fosse semelhante ao controlo que têm nelas os seus nativos. Para se ser bilingue na verdadeira acepção da palavra, é necessário que essa pessoa tenha, não só o conhecimento da gramática dessas duas ou mais línguas, ao ponto de poder compreender todos os significados explicitados pelo uso dela, como também tenha o conhecimento não-linguístico que lhe é acessível, e que se compõe do conhecimento cultural e situacional semelhante à do respectivo conhecimento que se encontra nas mentes dos falantes nativos dessas línguas, no tempo e lugar onde a comunicação é feita. É o conhecimento deste segundo tipo que dará a possibilidade ao bilingue de chegar aos significados implícitos das elocuições, tal como acontece aos nativos dessas línguas. O bilingue, portanto, seria a pessoa que teria os dois tipos de conhecimento em pelo menos duas línguas diferentes. É a este tipo de conhecimento, semelhante ao conhecimento de um nativo, que se pode dizer ser "psicologicamente real". Se o não fôr, então é porque o conhecimento não é semelhante ao de um nativo.

Neste sentido, julgo ser um bom protótipo de uma pessoa bilingue e, por isso, vou narrar a minha própria experiência, um tanto idiossincrática. Embora tivesse perdido o dom de falar em italiano, encontrava-me constantemente a usar o inglês e o português. O destino levou-me, finalmente, a visitar Portugal em companhia dos meus Pais e Irmã mais nova. Pela primeira vez na minha vida, tive a oportunidade de conhecer a terra natal dos meus Pais. Adaptei-me mesmo maravilhosamente a este novo ambiente e adorei ter a oportunidade de conhecer uma Avó, aliás a única que já tive o prazer de conhecer, assim como tios e primos. Isto foi para mim uma experiência única, especial. Foi tal esta experiência que, com a idade de dezoito anos, senti ter encontrado algo, finalmente, que vinha preencher um vácuo na minha vida e que eu, até aí, nunca sentira, pelo menos conscientemente. Passei um período inesquecível neste ambiente, durante uns dez meses, a tomar parte nas variadas actividades tradicionais daquela antiga e simpática aldeia juntamente com todos os seus membros, quer ricos, quer pobres. Regressei aos Estados Unidos ansiosa por contar aos meus amigos tudo que tinha visto e feito em Portugal. No entanto, aquilo que eu tinha vivido neste país penetrou de tal modo no meu espírito que

acabei por querer regressar com o intuito de continuar os meus estudos numa universidade portuguesa.

Assim foi: regressei mesmo. No entanto, apanhei um grande choque. Embora já possuisse o meu bom diploma do "High School" americano, as autoridades portuguesas, que trabalhavam no Governo nessa altura, decidiram que os meus estudos secundários feitos no estrangeiro não mereciam uma equivalência em Portugal e fizeram-me o grande favor de me darem uma equivalência à Escola Primária Portuguesa! Pode-se calcular bem o que senti... Mas como era inexperiente nestas coisas, até ingénua, e como tinha entregue este problema burocrático a um membro responsável do ensino, acabei por encolher os ombros e pôr-me a estudar. Para dizer a verdade, nessa altura, depois de ter passado o meu autêntico espanto, parecia-me que já não era mau poder passar um ano inteiro a "aperfeiçoar o meu português" visto ter uma ambiçãozita de vir a ser uma boa intérprete num serviço de teor diplomático. (Naquela idade e naquele tempo, este sonho apresentava-se como muito atraente, especialmente a jovens como eu!)

Mas, no que se refere ao tema desta comunicação, o que interessa dizer é que, para mim, estudar em português era a coisa mais natural deste mundo. A minha única preocupação era armazenar os "factos" necessários que me permitissem passar nos exames, e a língua em que os tinha de armazenar na memória não me preocupava. Mesmo nessa altura, tanto me fazia estudar em inglês como em português. Qualquer falha que eu tivesse em relação à língua portuguesa, eu só tinha que a corrigir, tal como faria se a falha de conhecimento fosse na língua inglesa. Por isso mesmo, os estudos correram-me tão bem que, no final desse primeiro ano escolar português, passei no exame oficial dos dois primeiros anos do Secundário com uma nota elevada que me permitiu não ter que ir fazer os exames orais. Este meu êxito causou uma grande sensação entre as pessoas que me conheciam: uma americana, a ter aquele êxito nos exames oficiais portugueses! Claro que isto levou-me a querer continuar com os estudos e, quatro anos depois de os ter principiado em Portugal, acabei por receber mais um diploma de estudos secundários – desta vez em português!

Claro que estes quatro anos, que correspondiam a um programa de sete, representaram uma grande perda de tempo para conseguir chegar à Universidade, mas tiveram o condão de me darem uma preparação semelhante à que era dada a qualquer estudante nativo português.

Todas as experiências portuguesas usuais se tornaram psicologicamente reais e, ao entrar na universidade, sentia-me como qualquer outro estudante nativo português, com a excepção de ter a vantagem do conhecimento de Inglês, tanto cultural como linguístico, adquirido nos Estados Unidos.

Creio que esta minha experiência um tanto anormal deve servir de prova de que um bilingue não pode, nem deve, ser considerado por esta razão apenas, como tendo uma inteligência inferior à dos monolíngues. Esta minha referência é provocada por uns dados que encontrei na literatura sobre o bilinguismo e que me deixaram, literalmente, de boca aberta. Referiu-se, por exemplo, Romaine (1988) à descrição feita por Bloomfield (1927), de um Índio Menomini que, segundo este linguista, falava menos inglês do que na sua própria língua que, por sua vez, falava "atrozmente". Segundo Romaine (1988), esta definição deu azo a um dos primeiríssimos pontos de vista que se tornaram cada vez mais populares nos círculos educacionais da moda, a ideia de que existia a possibilidade de as pessoas bilingues não conseguirem adquirir uma competência completa em qualquer uma das línguas que falavam. Muito estranho... Quando a mesma autora se refere às opiniões que levaram à diminuição do apreço pela competência bilingue, não posso deixar de concordar com ela quando diz que estas opiniões devem ter tido a sua origem na ideologia cultural da Europa ocidental e dos países Anglófonos mais importantes, ideologia esta que conferiu um valor especial ao monolinguismo e ao espírito característico que adoptou a máxima de "um estado – uma língua".

Quanto a mim, e julgo que quanto às pessoas que verdadeiramente têm consciência dos inúmeros sentidos que podem ser retirados de qualquer frase proferida, só o conhecimento semelhante àquele que tem um nativo da língua, e que se encontra na competência de um verdadeiro bilingue, é que pode dar-lhe a possibilidade de servir como bom intérprete, em ambas as direcções; só esse conhecimento semelhante ao de um nativo da língua é que pode dar a garantia de se estar a transmitir a informação que traduz a verdadeira intenção do falante.

Quando se ouvem tantas interpretações, e se lêem tantas traduções dos diferentes tipos de comunicação, as quais resultam em toda a espécie de informação errada, não se pode deixar de ponderar seriamente sobre a importância que se deveria dar à preparação de um conjunto de pessoas, nas diferentes línguas do mundo, de modo a que

cada uma delas se pudesse tornar bilingue autêntico em, pelo menos, duas línguas. Há, na verdade, bilinguismo de tipos e de graus diversos, todos eles de boa utilidade em alturas e em situações diversas, mas um bilingue que tenha uma capacidade mais ou menos igual nas duas respectivas línguas a serem usadas, será a pessoa de maior confiança na transmissão do significado mais exacto da intenção da comunicação feita.

Mas, afinal, como será que se dá a aquisição de, pelo menos, duas línguas pelo cérebro humano? Será que se dê a formação de apenas um sistema geral ou será que se forme um sistema separado para cada uma das línguas? Tem havido uma grande especulação sobre este assunto. No entanto, já há muito boas razões para se poder chegar à conclusão de que se processa a formação de uma gramática mental especial para cada uma das línguas conhecidas pelo bilingue. Labov (1971), por exemplo, fez notar que a alternância rápida que se dá na troca dos códigos linguísticos durante a fala não é provocada por quaisquer regras ou constrangimentos, o que o leva à conclusão de que esta troca representa apenas um misturar de sistemas distintos. Também temos o testemunho de Smith e Wilson (1979), que consideram ser uma simplificação demasiado grosseira a sugestão de que não poderá haver caso algum de um dado falante ter o domínio de gramáticas alternativas. Segundo eles, a única conclusão possível, nos casos de autêntico bilinguismo, quando um falante é igualmente fluente na fala e na compreensão de duas línguas distintas, é de que este falante tem duas gramáticas completamente distintas dentro do seu cérebro. Acrescentam também que a utilização de uma das gramáticas em vez da outra em qualquer ocasião representa apenas uma variação de registo, o que só poderá ter uma explicação dentro de um modelo pragmático.

Em conformidade com estas opiniões, sinto que devo dar o meu testemunho pessoal que deverá servir de mais um apoio a elas. Baseia-se em dois fenómenos que dão força à ideia da existência de duas ou mais gramáticas distintas e à ideia também da variação de registo quando o falante faz uso alternado das suas gramáticas mentais, segundo a sua própria vontade. Tenho reparado imensas vezes que, quando estou habituada a falar com uma certa pessoa em uma das línguas, sinto-me como se eu estivesse a actuar muito artificialmente quando, por qualquer razão, sou obrigada a falar com ela na outra língua que ambas conhecemos. Sinto-me mal, como se estivesse a utilizar

o "registo" errado, segundo a expressão de Smith e Wilson, ou como se estivesse a utilizar uma língua ou um estilo impróprio. Penso que este facto também prova simultaneamente que, como bilingue, existe sempre a consciência de eu saber bem qual é a língua que estou a utilizar e de saber também qual é a língua apropriada para cada situação. Para além disto, este fenómeno também demonstra bem o facto de que a troca dos códigos durante a fala é feita conscientemente pelo falante, quer seja na utilização de uma simples palavra da outra língua, quer seja na utilização de uma simples expressão ou de uma frase que, para o falante, representa uma intenção de ordem pragmática. Já Biggs (1972) tinha dito que qualquer pessoa que esteja a falar a língua A sabe que está a falar a língua A e não uma língua diferente B, e que um bilingue consegue sempre distinguir entre as duas línguas em que é competente.

Para terminar, queria mencionar aqui umas situações em que algumas vezes me encontro e que algumas pessoas acham de muito curioso, embora isto não tenha qualquer influência sobre as conclusões a que em cima chegámos. Sou, em certos momentos, incapaz de me lembrar da língua através da qual adquiri qualquer informação. Pergunto-me: Terei lido isto numa revista inglesa ou americana, ou num dos jornais portugueses? Aquele outro bilingue conhecido ter-me-á contado isto em inglês ou em português? Quanto a mim, esta situação demonstra apenas que me era indiferente, naqueles momentos, qual a língua que estava a ser utilizada, e que era a informação propriamente dita que tinha maior relevância. Se o meu conhecimento em ambas as línguas não fosse mais ou menos do mesmo nível, era possível que eu reparasse mais neste pormenor.

Não será, de facto, verdade o que disse Bloomfield? Não será, mesmo, que a aquisição de uma língua representa o maior feito intelectual que poderemos ser chamados a concretizar? Cada vez mais sinto que sim.

Bibliografia

- ALVES, H. S. (1991), "Linguistics and the Acquisition of a Non-Native Language", in: *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos*, Braga, Universidade do Minho, pp. 157-65.

- APPEL, R. & MUYSKEN, P. (1990), *Language Contact and Bilingualism*, London, Edward Arnold.
- CHOMSKY, N. (1965), *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, M.I.T. Press.
- CHOMSKY, N. (1972), *Language and Mind*, Harcourt, Brace, Jovanovich, Inc.
- CHOMSKY, N. (1976), *Reflections on Language*, London, Fontana.
- FROMKIN, V. & RODMAN, R. (1978), *An Introduction to Language*, New York, Holt, Rinehart & Winston (2ª ed.).
- HYLTENSTAM, K. & OBLER, L. K. (eds.), (1993), *Bilingualism Across the Lifespan – Aspects of Acquisition, Maturity, and Loss*, Cambridge, C. U. P.
- KEMPSON, R. M. (1985), "Grammar and Pragmatics", in: Alves, H. O. (ed.), *in: Encontro de Linguistas – Actas*, Braga, Universidade do Minho, pp. 67-76.
- KEMPSON, R. M. (1988), "The Relation between Language, Mind, and Reality", in: Kempson, R. (ed.), *Mental Representations: The Interface between Language and Reality*, Cambridge, C.U.P., pp.3-25.
- ROMAINE, S. (1988), *Bilingualism*, Oxford, O.U.P.
- SMITH, N. V. (1985), "Relevance Theory and First Language Acquisition", in: Alves, H. O. (ed.), *in: Encontro de Linguistas – Actas*, Braga, Universidade do Minho, pp. 47-63.
- SMITH, N. & WILSON, D. (1979), *Modern Linguistics: The Results of Chomsky's Revolution*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd.
- SPERBER, D. & WILSON, D. (1986), *Relevance – Communication and Cognition*, Oxford, Blackwell.
- SPERBER, D. & WILSON, D. (1987), "Précis of Relevance: Communication and Cognition", *in: Behavioural and Brain Sciences*, 10, pp. 697-754.
- WANNER, E. & GLEITMAN, L. R. (1982), *Language Acquisition: the state of the art*, Cambridge, C. U. P..
- WILSON, D. S. M., "An Outline of Relevance Theory", in: Alves, H. O. (ed.), *Encontro de Linguistas – Actas*, Braga, Universidade do Minho, pp. 21-41.